

**4CCHLADLCVMT06.P****ETNIA E PRECONCEITO: AS REPRESENTAÇÕES INDÍGENAS NOS LIVROS DIDÁTICOS**Maria Olívia de Queiroz Borba <sup>(1)</sup>, Wilma Martins de Mendonça <sup>(3)</sup>

Centro de Ciências Humanas Letras e Artes Centro de Ciências Clássicas e Vernáculas/MONITORIA

**Resumo:**

Estudo bibliográfico das representações e imagens ameríndias presentes nos livros didáticos brasileiros, com o objetivo de observar as maneiras e os modos com os quais os autores dessas obras tratam a temática indígena que, posteriormente, serão retrabalhadas pelo professor em sala de aula.

**Palavras-chaves:** Indianismo, Etnia, Etnocentrismo.

*Você não pode se esquecer de onde você  
é e nem de onde você veio, porque assim você  
sabe quem você é e para onde você vai.*

Ailton Krenak

O presente artigo é fruto de uma investigação teórica procedida durante o período em que exercemos as atividades acadêmicas, concernentes ao Projeto de Monitoria implantado pela Universidade Federal da Paraíba.

Voltado para a temática da representação indígena nos livros didáticos, esse trabalho enfrentou algumas adversidades, oriundas da escassez de obras críticas, não obstante a importância do tema. A partir dessa constatação, parece-nos imprescindível o realce de algumas obras que além de se debruçarem sobre o tema ameríndio, o fazem de maneira crítica admirável. Entre essas obras, podemos citar: **A organização social dos Tupinambás** (1989), de Florestan Fernandes; **História dos índios no Brasil** (1992), de Manuela Carneiro Cunha; **A questão indígena na sala de aula** (1993), compêndio organizado por Aracy Lopes da Silva e **Memórias de nós: da nossa ancestralidade indígena**, de Wilma Martins de Mendonça.

Reconhecendo a importância dessa temática, num país formado por uma gritante diversidade, causa-nos admiração a precariedade do conhecimento que a sociedade brasileira tem a respeito da etnia indígena, apesar dessa humanidade constituir-se como nossa ancestralidade primeira. Tal carência discursiva, contudo, não vem sendo discutida, nem mesmo numa perspectiva simplista ou acrítica, salvo alguns poucos, porém, muito bons trabalhos, como os acima citados. Antes, qualquer brasileiro acredita conhecer muito a respeito de sua origem. Se indagado a respeito da formação de sua população, facilmente sabe determiná-la como descendência de índios, negros e brancos europeus. É que não há dúvidas quanto a esse entendimento, foi matéria corrente, debatida na escola, e é certo que se pode comprovar na evidência de traços físicos, de hábitos; de toda a cultura miscigenada.

O que parece faltar é, talvez, ainda mais informações, ou que se descortine o véu que esconde, ou omite, as versões outras de nossa História, em especial as versões indígenas, bastante diferentes das versões oficiais das quais se nutrem os textos didáticos. Para nós, o descortínio desses discursos silenciados faria toda uma diferença no quadro político-social no qual se embatem as gentes brasileiras. Assim é que se faz necessário pensar, refletir sobre o nosso percurso histórico e, nessa reflexão, mensurar a importância da cultura indígena em nossa sociedade.

Se, pouco sabemos de nós mesmos, de nossa formação étnica, isso se deve aos interesses dos grupos dominantes que, nesses quinhentos anos, tentam encobrir a barbárie que se abateu sobre a nossa terra com o processo da conquista e colonização em nosso solo. Dessa ignorância inicial, deriva todo o nosso desconhecimento de como vivem/sofrem, na atualidade, os nossos povos indígenas e de como enfrentam os preconceitos, postos em circulação pelos europeus, e constantemente retomados por nós, seus descendentes.

Nessa compreensão, é importante ressaltar o papel exercido pela Escola que, longe de informar e formar seus educandos, termina por divulgar uma gama de preconceitos e estereótipos, legitimando, assim, as imagens indígenas contidas nos livros didáticos. Dessa forma, a Escola ao invés de se tornar o espaço privilegiado por onde o conhecimento transita, transforma-se num espaço de alienação docente e discente. Não é demais ressaltar, que a

---

<sup>(1)</sup> Monitor(a) Bolsista <sup>(3)</sup> Prof(a) Orientador(a)/Coordenador(a).

Escola se constitui como um *aparelho ideológico do Estado*, segundo alerta Althusser (1985), e, por isso mesmo, é, a um só tempo, espaço de formação e divulgação dos valores sociais gerais e, dialeticamente, **locus** de desinformação, de preconceito e hostilidade às minorias de nosso país.

Para essa ambigüidade escolar, contribui, de forma exemplar, os livros didáticos. Agentes poderosos criados pela indústria livresca, os textos didáticos tornaram-se objetos primordiais de uso nas escolas, instrumentos pelos quais as informações concretizam-se e “facilitam” a aprendizagem. Não obstante diversos entre si, tais textos são de uma acentuada homogeneidade no que tange à cultura indígena, no que se refere ao nosso passado. Objetos dessa análise, os livros didáticos representam um importante instrumento de aferição do nosso desconhecimento acerca do nosso passado e das nossas etnias. Assim é que nos propomos a verificar nos manuais da disciplina História do Brasil, comumente utilizados nas escolas, a forma como são elaboradas as imagens dos índios, expostos nessas obras, e qual o tratamento a eles dispensado.

Inicialmente, apresentamos uma observação feita pela professora Norma Telles, estudiosa da história indígena e de sua representação nos livros didáticos, para quem é notória a constatação neles de um evidente descompasso entre sua feição e seu objetivo de informar:

Ao examinar alguns manuais que há mais de dez anos servem as nossas escolas, constatamos que, em geral, são obras cheias de preconceitos e estereótipos; possuem uma vontade excessiva de adaptar o real a desígnios convencionais, até conservadores, prendendo-se a um modelo ideal de como as coisas deveriam ser e, assim, esvaziando a história, os episódios narrados e os grupos étnicos envolvidos (TELLES, 1984, p. 62).

A História do Brasil contada nos livros didáticos mais comuns, de uso mais difundido nas escolas, é uma história fortemente posicionada sob uma ótica européia, branca e cristã. Todos os fatos e acontecimentos que marcaram o passar do tempo em nosso país, desde o ano de 1500 até hoje, são narrados por um olhar nitidamente europeu. O estudante acaba sendo “convidado” a apreender noções unilaterais de determinados feitos, que lhe limitam o exercício da crítica e o fazem enveredar por um caminho tendente ao preconceito, no que tange à diversidade cultural. Um exemplo claro consiste na noção frequentemente veiculada do “descobrimto” da terra “desconhecida” (porém, já habitada há muito tempo) e sua “conquista” pelos brancos portugueses (manifestada pela prática exploratória de inúmeras riquezas naturais e pelo desrespeito e matança imposta aos seus habitantes).

Pode-se, pelo visto, afirmar que os manuais didáticos estão permeados de ideologias dominantes e etnocentrismos, que situam a cultura indígena como subalterna, enquanto reafirmam o valor quase “sagrado” da cultura ocidental. Nestes termos expressa-se, ainda, Norma Telles:

Os autores de manuais sistematicamente desconhecem a relação entre os vários grupos envolvidos na formação da sociedade brasileira, assim como desconhecem a contribuição que a Antropologia poderia prestar à questão. Uma história que só enfatiza certos aspectos da cultura ocidental, omitindo ou silenciando outras culturas, é uma história etnocêntrica (TELLES, 1993, p. 75).

Igual parcialidade narrativa, não menos restrita que a anterior, recai sobre o tratamento prestado diretamente à etnia indígena por esses manuais. Não é difícil o estudante chegar a formar em si idéias difusas e preconceituosas acerca de certa preguiça e ociosidade associadas à imagem dos índios, bem como, que ele seja levado a reconhecê-los (os índios) sob um aspecto genérico, entendendo-os, muitas vezes, improdutivos, ou mais comumente, como “selvagens”, apenas.

Não só a insuficiência de informações consistentes e fundamentadas, mas também a distorção propositada dos fatos que têm marcado a nossa trajetória histórica – distorção esta estimulada pelos discursos dos vencedores em que um grupo dominante objetiva o subjulgamento de outros a sua autoridade e prestígio – justificam os enganos a que os estudos dos manuais remetem os estudantes. Como conseqüência disso, observa-se que essa visão atinge o pensamento geral de grande parte da sociedade brasileira (em especial aqueles a quem foi oportunizado o estudo, ainda que por curto período). Vê-se, portanto, que, desses

“saberes” fortemente influenciados pelo etnocentrismo se originaram os conhecimentos do povo. Nessa perspectiva lacunar, os textos didáticos também subtraem do educando a aprendizagem de formas outras de sociabilidade humana, de relação com o sagrado, de convívio fraterno com a natureza e, principalmente, sonham não apenas o conhecimento acerca da diversidade humana, mas da nossa própria diversidade.

Deste modo, é necessário que esclareçamos: os povos indígenas representam uma forma outra de sociabilidade humana, marcada pela vivência comunitária e pela igualdade e respeito ao humano. Existiram e existem ainda diversas sociedades ameríndias, cada uma com sua forma específica de vivência, língua, costumes e rituais próprios. Como traços essenciais, essas comunidades têm em comum o respeito à natureza, o desprezo ao trabalho e uma acentuadíssima religiosidade. São sociedades igualitárias, caracterizadas pela divisão sexual e de faixa etária do trabalho e pelo curto tempo destinado às lidas (no máximo quatro horas diárias), num profundo antagonismo ao modelo do Capitalismo. Distantes da volúpia do lucro, esses povos organizam-se através do vínculo de parentesco. A generosidade é um dos mais fortes de seus lemas, “condição do prestígio político e condição para a vida numa aldeia” (SILVA, 1993, p. 139).

Não parece adequada a postura adotada pelos manuais que encerram uma ótica genérica referente aos índios, já que não lhes prestam devida individualização ou vinculação tribal, determinante de sua origem. Muitas vezes, de forma parcial, os índios só são apontados como “cordiais”, ou não selvagens, quando aliados dos brancos, e, ainda, como “inimigos”, quando opositores do “progresso” europeu pretendido. Acerca disso, afirma a professora Aracy Lopes:

Os livros didáticos costumam contribuir para a divulgação dessa falsa idéia, ou seja, a do índio genérico. Quando lemos sobre os povos indígenas, aprendemos sobre a oca e taba; o pajé ou morubixaba; Tupã e o Tacape. E assim por diante. Essas informações tomam por modelo algumas das sociedades Tupi habitantes da Costa brasileira por ocasião do início da colonização. Sabemos hoje que a organização social e, principalmente, a cosmologia dos povos Tupi são muito complexas e a Antropologia brasileira faz hoje um grande esforço – através de prolongadas pesquisas de campo – para chegar a uma compreensão satisfatória dessa realidade. A visão de alguns clássicos livros didáticos é, pois, falsamente generalizada (apresenta algumas informações fragmentadas e, muitas vezes desatualizadas, como “retrato” de toda e qualquer sociedade indígena (SILVA, 1993, p. 138).

Por não se fazer a devida distinção quanto à diversidade dos povos indígenas, termina-se por se subtrair a possibilidade de acompanhar suas singulares trajetórias no decurso do tempo.

Quanto à ociosidade e à preguiça atribuídas aos índios, também aqui se constata a eminência de um outro equívoco. Essas noções foram difundidas por ocasião de conflitos e guerrilhas havidas entre os brancos e indígenas, quando da conquista e exploração da terra brasileira. Os europeus, defrontando-se com os modos plurais de organização social indígena, e percebendo que estes não se constituíam à sua imagem, reagiram violenta e etnocentricamente. Por não obterem êxito no intento de escravização indígena, impulsionaram a criação de um imaginário desqualificado para lhes atribuir. Portanto, permanecer com visões parciais como as acima citadas, é não poder reconhecer a marca da contingência própria das realidades históricas.

Outro atributo imposto à comunidade vermelha que merece destaque é o que considera o índio “improdutivo”. Também este estereótipo tem fulcro nas diferenças culturais que distanciam os modos da vida européia, dos da vida ameríndia. Os livros didáticos caracterizam a economia dos grupos indígenas em termos de “atraso”, como “bastante primitiva” e marcada pela insuficiência de recursos. Na contramão dessa visão, insurge-se o criador da Antropologia Política Pierre Clastres:

Não mais podemos falar em inferioridade [...] das sociedades primitivas: elas demonstram uma capacidade de satisfazer suas necessidades pelo menos igual àquela de que se orgulha a sociedade industrial e técnica (CLASTRES, 1978, p.134).

Diante desse contexto textual, cabe-nos o espinhoso trabalho de rever e refazer nossas visões acerca do nosso mundo indígena. Para tanto, contamos, hoje, com o próprio discurso ameríndio que vê, na Educação e na Escola, as saídas para a anomia e desordem social do nosso país. Para Daniel Munduruku, indígena, filósofo e Mestre em Ciências Sociais,

há possibilidades, sim, de a Escola formar os seus educandos, bastando para isso que ela ofereça aos seus alunos as condições para que eles adquiram auto-estima, sabendo, verdadeiramente, de onde vieram para que assim, possam respeitar a si e ao Outro. Segundo Munduruku, o método escolar a ser empregado deve ser aquele construído a partir dos valores humanos mais expressivos, como os valores da liberdade, do respeito e do silêncio. Assim sendo, a Escola deixará de ver seu aluno como mero depositário de conhecimentos, muitas vezes distorcidos, para vê-lo como um ser humano integral (MUNDURUKU, 2000, p. 97).

## REFERÊNCIAS

- ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de Estado**. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- CLASTRES, Pierre. **A Sociedade contra o Estado**: pesquisas de antropologia política. Tradução de Theo Santiago. Rio de Janeiro: F. Alves, 1978.
- CUNHA, Manuela Carneiro. **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- DEIRÓ, Maria de Lourdes Chagas. **As belas mentiras: a ideologia subjacente aos textos didáticos**. São Paulo: Moraes, 1978.
- FERNANDES Florestan. **A organização social dos Tupinambá**. São Paulo: Hucitec, 1989.
- GRUPIONI, Luis Donisete Benzi. **Índios no Brasil**. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto, 1994.
- KRENAC, Ailton. O eterno retorno do encontro. In: NOVAES, Adauto (Org.). **A outra margem do Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- MENDONÇA, Wilma Martins. **Memórias de nós**: da nossa ancestralidade indígena. In: SCHNEIDER, Liane; MACHADO, Charliton (Org.). **Mulheres no Brasil: resistência, lutas e conquistas**. João Pessoa: UFPB, 2006, p. 81-96.
- MUNDURUKU, Daniel. **O banquete dos deuses**: conversa sobre a origem da cultura brasileira. São Paulo: Angra, 2000.
- SILVA, Aracy Lopes. **A questão indígena na sala de aula**. São Paulo: Brasiliense, 1993.
- TELLES, Norma. Cartografia brasilis ou: Esta história está mal contada. In: SILVA, Aracy Lopes (Org.). **Op. cit.**, p. 73-89.